



A IMPORTANCIA DO ASSENTAMENTO NA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA NA ATUALIDADE

Elaine Martins Moreira¹

Resumo: O presente artigo apresenta os impactos de uma ação de reforma agrária na realidade social do campo brasileiro, a partir de uma experiência concreta de assentamento. São apresentadas informações referentes aos benefícios econômicos, sociais e políticos que esta ação gerou na realidade local os quais justificam, portanto, a viabilidade ainda nos dias atuais desta política como fomentadora de desenvolvimento. Por outro lado, analisa ainda a inviabilização da reforma agrária com a consolidação do capitalismo financeiro também no campo.

Palavras-chave: reforma agrária, desenvolvimento, luta social.

Abstract: This paper presents the impacts of an action of agrarian reform in the social reality of the Brazilian countryside, from a concrete experience of settlement. Information is presented concerning economic, social and political action that generated in local reality which therefore justify the viability even today this policy as promoter of development. On the other hand, still looks the unfeasibility of agrarian reform with the consolidation of financial capitalism also in the field.

Keywords: agrarian reform, development, social struggle

¹Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: elamoreira@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

Nos dias em que vivemos, mas já desde o final do século XX, a produção realizada pela grande propriedade brasileira é considerada um êxito: os ganhos produtivos obtidos por meio da intensificação do uso de tecnologia em sementes, máquinas, insumos químicos e a expansão das fronteiras agrícolas no território nacional são responsáveis por boa parte da exportação nacional e seus proprietários reverenciados pelos governos brasileiros (neoliberais). O cultivo extensivo de grãos, através da monocultura, alcança todas as regiões do país. Conhecido como *agronegócio*, esse modelo produtivo desloca a imagem da grande propriedade rural do latifúndio improdutivo, do modelo arcaico de produção no campo, e se coloca como um setor fundamental para o país, devido a sua produção voltada a exportação e aos negócios que gera com a indústria de implementos e insumos agrícolas. Tem se revelado com uma capacidade imediata de adesão às novidades da área - como o uso das sementes transgênicas - tudo em nome do aumento da produção. Politicamente este setor conquista apoios para além da tradicional bancada ruralista, usufruindo do discurso de “sustentador da economia nacional”.

Nesta conjuntura para diversos setores da política e/ou do pensamento nacional, a luta social pela reforma agrária parece coisa totalmente ultrapassada... Diante disso, nos propusemos a refletir sobre a viabilidade desta bandeira histórica do campesinato brasileiro.

A reforma agrária aparece no cenário político nacional ao longo de todo o século XX com momentos de maior incidência. Porém, ela não se realiza em virtude da consolidação de uma política de *modernização conservadora* operada pelos governos militares, através da qual se resolve o “problema agrário” brasileiro sem alterar sua estrutura agrária-altamente concentrada. Com essa situação consolidada, e ainda intensificada com a adesão dos governos brasileiros ao ideário neoliberal. a reforma também é inviabilizada nas primeiras décadas do século XXI; a “esperança” na chegada do Partido dos Trabalhadores ao executivo federal não se confirma, por outro lado, a luta



se encontra ante um horizonte de recrudescimento da violência no campo e da criminalização dos sujeitos sociais que mobilizam-se por essa “causa”.

Todavia, mesmo perante este contexto de correlação de forças extremamente desfavorável o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) permanece colocando a necessidade da realização da reforma agrária à sociedade brasileira, associada a demandas ambientais, por educação, segurança alimentar e soberania popular, não se restringindo a divisão da propriedade da terra, como resistência e enfrentamento ao sistema capitalista.

2. A EXPERIÊNCIA DE ASSENTAMENTO E O SUA INFERENCIA NOS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO

A pesquisa (que gerou este trabalho) buscou por meio de uma experiência concreta de assentamento analisar os impactos dessa ação no território onde se materializou² e sua contribuição para pensar a reforma agrária em sua conexão com as lutas sociais gerais da classe trabalhadora. A ocupação realizada no município de Rio Bonito do Iguazu no Paraná gera um das maiores áreas de reforma agrária do Brasil: no de 1998 a instituição do Assentamento Ireno Alves dos Santos pelo INCRA resulta na destinação de terra a 934 famílias. Essa ação provoca mudanças sociais, econômicas e políticas significativas no território que a envolve. Aqui neste texto destacaremos apenas algumas delas.

No âmbito produtivo estas famílias a cada ano produzem em média 500 mil sacas de milho; 50 mil sacas de soja; 50 mil sacas de feijão; 10 mil sacas de arroz; 24 mil litros de leite por dia; chegando a 880 mil litros por ano. Para sua viabilização do assentamento foram aplicados ao longo de seus primeiros anos de criação diferentes linhas de crédito gerenciadas pelo INCRA: cerca de 02 milhões de crédito fomento e alimentação, cerca de 04 milhões de crédito habitação e aproximadamente 13 milhões de Investimento do

² O texto aqui apresentado decorre da dissertação de mestrado defendida no ano de 2009 pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o título: “O assentamento Ireno Alves dos Santos no contexto da reforma agrária no Brasil: qual reforma hoje?”.



Procera - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária e Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Estes recursos que para as famílias beneficiárias é fundamental, diante do quadro de empobrecimento em que se encontram no período anterior a “conquista da terra”, retorna a sociedade local circulando em sua economia.

As famílias também lutam pelo acesso a direitos sociais, sobretudo, à educação e a saúde: nestes anos os assentados conquistaram 10 escolas de educação infantil, fundamental e ensino médio: são 06 escolas de municipais de 1ª a 4ª série, 04 escolas de ensino fundamental 5ª a 8ª série, duas escolas de ensino médio que funcionam conjuntamente com o ensino fundamental; possui 02 postos de saúde e cobertura total de pessoas atendidas pelo Programa Saúde da Família – PSF. O assentamento possui ainda estradas para escoação da produção, eletrificação rural e uma reserva ambiental garantida no ato da desapropriação.

O município que tinha na ocasião apenas 04 anos de emancipação política cresce de forma considerável a partir da implantação do assentamento: na produção agrícola, no comércio, na disponibilização de serviços públicos, e obviamente em concentração demográfica. Gera ainda aumento de investimentos federais e recursos de custeio para o município, demanda de trabalho para diversos profissionais, incremento na produção e no consumo de produtos manufaturados. Assentar 934 famílias gera um aumento populacional muito significativo passando de 5.292 habitantes em 1994 para 10.818 no ano de 1996³. Situação parecida se verifica em relação ao número de eleitores do município, de 1998 para 2007 o número cresce em mais de 100%.

Os indicadores sociais também apresentam crescimento considerável após a constituição do assentamento. Todas as variações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se elevam; o IDHM educação e renda são os que têm evolução mais significativa. O IDH geral passa de 0,607 em 1991 para 0,609 no ano 2000; o IDHM de

³ Fonte: DATASUS.



educação de 0,674 para 0,759 e IDHM relativo a renda de 0,493 para 0,573 nos mesmos períodos⁴.

A estrutura fundiária obviamente tem o maior impacto: uma única propriedade passa a possuir diversos “posseiros” (isso porque os assentados não têm título definitivo de propriedade da área), quase mil famílias. O município de Rio Bonito do Iguaçu possuía em 1996 um total de 756 estabelecimentos rurais⁵, com a implantação do assentamento são mais 934 estabelecimentos rurais novos, situação que muda substancialmente os recursos e financiamentos que circulam pelo município com aumento superior a 100 por cento.

Fato semelhante ocorre também na *arrecadação pública*: antes do assentamento as receitas municipais giravam em torno de 600 mil reais ao mês, no ano de 2006 elas somam mais de 01 milhão e meio de reais, um total anual de 19.399.572,37, de acordo com as informações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Assim como ocorre um acréscimo significativo na geração de novos postos de trabalho na cidade. Segundo informações do Ministério do Trabalho no município de Rio Bonito do Iguaçu consta 759 pessoas trabalhando com carteira assinada, destas, 443 são funcionárias da administração pública⁶, porcentagem expressiva dela atua exclusivamente na área do assentamento. No caso do “Ireno Alves dos Santos”, são aproximadamente 3 mil empregos diretos, já que cada família assentada gera em média três empregos no campo. Entre os empregos indiretos, destacam-se os empregos públicos, só os que atuam diretamente no assentamento: trabalhadores da educação municipal: 82; trabalhadores da educação estadual: 41 e trabalhadores da área da saúde: 20, conformando mais de 140 empregos⁷. Neste número não estão contabilizados motoristas e outros profissionais que atuam em setores de infra-estrutura e obras, ou ainda, empregos gerados na cidade pela demanda de estabelecimentos comerciais a partir da

⁴ Fonte: PNUD/IPEA/FJP

⁵ IPARDES (1996).

⁶ MTE-RAIS/IPARDES.

⁷ Fonte: Prefeitura Municipal; Núcleo Reg. de Educação de Laranjeiras do Sul, 2008.



constituição do assentamento. Diante disso constata-se que os quase *150 empregos públicos* gerados exclusivamente para trabalho no assentamento representam mais de 30% dos empregos não-agrícolas existentes no município. Este é mais um número que reflete o crescimento do município após a conquista da área pelos *Sem-terra*.

O *comércio* é outra área que tem um impulso importante. São milhares de pessoas consumindo gêneros alimentícios, produtos farmacêuticos, insumos para a agricultura e pecuária e necessitando de material para construir suas casas. Isso gera um crescimento do setor comercial bem como abertura de bancos, cartório, etc.

Com esses dados percebem-se os benefícios gerados pelo assentamento nos aspectos econômicos, sociais e políticos para o município que cresceu em demografia e nos indicadores sócio-econômicos. Entretanto, queremos ressaltar que mesmo com esses resultados positivos para o desenvolvimento local a experiência de Rio Bonito do Iguazu, assim como em diversos outros projetos de assentamento realizados no Brasil, não significa que esteja sendo feita a reforma agrária no país, e tão pouco, que estas sejam exatamente a realização da política defendida pelos movimentos sociais entre eles o MST.

Apesar de o assentamento ser decorrente da luta promovida por este movimento social, a partir de sua institucionalização pelo órgão de colonização do governo federal (INCRA) perdendo a autonomia que possuía no acampamento, e, as famílias para receber a posse da terra precisam adequar-se às condições da política efetivada pelo governo, ou seja, ao crédito disponível, a extensão da terra, e até mesmo, o projeto arquitetônico da futura habitação é determinado pelo órgão estatal.

Essa consideração se faz necessária devido ao fato de que constantemente a precariedade dos assentamentos, seja em termos de infra-estrutura ou mesmo de insuficiência de renda dos assentados, é atribuída a organização do MST, a conhecida acusação de que o movimento cria “favelas rurais”, como se dependesse exclusivamente deste a melhoria de vida dos trabalhadores, quando na realidade a situação dos assentamentos depende da efetividade da política pública de reforma agrária e da



relevância, ou não, recebida pela mesma na gestão social do Estado.

É bem verdade que em qualquer política pública a participação, fiscalização e controle social dos cidadãos promovem maior efetividade, democratização do acesso e aplicação adequada dos recursos a ela destinados, mas nesta política especificamente, não se pode declarar que a lentidão da reforma agrária tem sido decorrente da falta de atuação, pressão e participação do MST e dos movimentos sociais em geral.

Apesar disso, a realização do assentamento suscita resultados importantes para a melhora das condições de vida e de trabalho das famílias, bem como, para o desenvolvimento territorial em que se situa. Às famílias viabiliza o acesso a terra, a moradia, a educação, a saúde, ao crédito, a bens e produtos, direitos sociais e serviços públicos - até então inacessíveis.

Constitui-se ainda, em um espaço diferenciado de *construção de uma identidade coletiva*, de organizações internas, que continuam a *defender seus direitos* junto aos governos municipal, estadual e federal, e, além disso, passam a ser vistos enquanto sujeitos sociais e políticos. Medeiros & Leite (1999), através do estudo da formação de diversos assentamentos rurais no Brasil, analisam que os assentamentos produzem resultados bastante significativos: em quase todos os casos estudados registra-se a presença de *práticas associativas* relacionadas a produção e comercialização. Eles alteram a estrutura agrária local, dinamizam economicamente e politicamente este território, demandam uma diversidade de políticas públicas e sociais que são incorporadas à administração municipal, aperfeiçoando e ampliando o alcance dos serviços sociais.

Faz-se necessário enfatizar, contudo, que não se tem registro até o momento de um projeto público nacional de reforma para o campo brasileiro, deste modo, estas experiências locais não conseguem repercutir e mudar a estrutura fundiária e agrária do país, apesar de significativas no espaço sócio-territorial em que se inserem. Os assentamentos tem sido uma alternativa paliativa destinada a responder imediatamente



aos conflitos protagonizados no campo entre sem-terras e grande proprietários, realizados de forma extremamente lenta e burocratizada, justamente ao contrário do que deveria ser com uma reforma massiva e rápida. Essa condição perdura no Brasil e tem sido a política adotada pelos governos desde os militares e que permanece até o atual, com alguma diferenciação entre eles em relação a intensidade dessa política.

Retomando as considerações de Medeiros & Leite (1999) tem-se a seguinte análise: mesmo com a expansão dos projetos de assentamento a partir dos anos 1980, esse fato está longe de significar um processo de reforma agrária em curso, visto que estão no interior da lógica de inibir tensões sociais, e não, transformar significativamente a estrutura agrária do país.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária no Brasil não se consolidou como uma política pública prioritária para os governos brasileiros. Ela acontece devido à pressão social, com ações de reforma agrária em locais determinados pela ação dos movimentos sociais. Isto ocorre em todo o território nacional, os estados federativos avançam na quantidade de áreas desapropriadas por razão da mobilização social.

Apesar da expectativa de setores da sociedade em relação à viabilização da reforma agrária, com a chegada do PT ao governo federal isso não se concretiza. Este fato não se dá em virtude de uma decisão pessoal dos presidentes em questão, mas da correlação de forças entre as correntes políticas presente em seus governos, sobretudo em função das “largas” alianças feitas com vistas a ganhar as eleições, e garantir maioria no Congresso Nacional. Outro elemento consiste nas mudanças programáticas do partido ao longo da década de 1990 visando a chegada ao poder, sob quaisquer condições.

Percebe-se, portanto que a experiência de assentamento realizada no município de Rio Bonito do Iguaçu/Pr está inserida no contexto das *ações paliativas* promovidas pelos diferentes governos brasileiros no período posterior à reabertura democrática. Ou



seja, mesmo sendo uma área de grandes proporções geográficas, fruto de uma ocupação massiva promovida pelo MST no latifúndio paranaense, o assentamento não deixa de ser mais um ato do governo para *amenizar o conflito agrário*, não se constitui em uma política pública em âmbito nacional.

Esta constatação não “desmerece” a luta efetivada pelos sujeitos que fizeram essa história tampouco os resultados socioeconômicos dela, porém aponta seus limites; Também não significa que a base material para a realização da reforma agrária – o latifúndio – tenha se esgotado. O que ocorre é que as mudanças incidentes na sociedade capitalista no século XX resolveram o problema do atraso do campo observado até as décadas de 50-60 pela via da “modernização” deslocando a reforma agrária do debate do “desenvolvimento do país” (SILVA, 2001). Com essa “saída” encontrada pela burguesia nacional, apoiada nas orientações internacionais, a reforma agrária se cristalizou no Brasil como uma demanda exclusiva da classe trabalhadora, adquirindo, portanto um sentido político de luta de classe. O que tem confirmado as análises que entendem a reforma agrária no Brasil como uma luta inserida no processo de luta política anti-capitalista, já que não há espaços para reforma no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Para Stédile (2002:321) diante da situação de consolidação completa do capitalismo na agricultura, a luta pela reforma agrária não mais se “encaixa” como uma reivindicação na esfera do Estado burguês. A análise deve-se ao fato de que o Brasil “resolveu” o seu problema de expansão do capitalismo no país, e conseqüentemente na agricultura, sem dividir a terra. Sendo assim, a mesma tem um caráter necessariamente socialista: isto porque, a sua realização vai afetar a burguesia como um todo e não apenas o proprietário rural latifundiário. Esta constatação está presente na avaliação do MST. E pensar a estratégia para concretização desta reforma agrária sob novo “sentido” é objeto do debate interno do movimento, bem como, dele com demais setores da esquerda, partidos, organizações sindicais ou movimentos sociais.

Para Mauro (2007) o neoliberalismo em seus aspectos políticos e econômicos representa uma nova etapa do capitalismo monopólico para enfrentar a classe trabalhadora.



Podemos afirmar que o neoliberalismo não é uma simples política de governos ou de certos monopólios, mas uma nova realidade estrutural, de longa duração, que não poderá ser revertida sem grandes transformações radicais. É, enfim, um novo ciclo de expansão capitalista com um custo social, ambiental e econômico muito alto para a classe trabalhadora. Esse modelo não permite alternativas, não permite a alteridade, sem uma ruptura profunda com todo o sistema (MAURO, 2007, p. 117-118).

O capitalismo em sua fase neoliberal, mais do que em outros períodos impossibilita a soberania dos países, as burguesias nacionais não estão absorvidas pelos grandes conglomerados dos países centrais. Para Netto (2008) o cenário real de barbárie vivido na sociedade contemporânea não é um “azar da história” ou “desvio de seu itinerário pré-estabelecido” é sim, resultado do modo de produção e distribuição das riquezas sociais.

Esse modo de organização, a prosseguir sem reversão, reproduz uma modalidade de crescimento econômico que não é apenas destrutiva no que toca às relações sociais: é destrutiva até mesmo do ponto de vista dos ecossistemas, conduzindo a humanidade à beira do colapso, com a possibilidade da catástrofe ecológica colocando em risco a sobrevivência da vida no planeta (NETTO, 2008, p. 05).

Analisar a conjuntura do campo brasileiro neste sentido exige pensar sobre a prática política da esquerda e as alternativas de aglutinação de forças para enfrentar esta situação de degradação de suas condições de vida a que estão submetidos trabalhadores do campo e da cidade.

6. Referências bibliográficas

Brasil. INCRA. **Plano de Consolidação e emancipação dos assentamentos resultantes da reforma agrária**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA). Brasília/DF, 2004.

DATASUS. **Informações de saúde/censos**. www.datasus.gov.br. Acesso em: <dezembro2008>.

IPARDES. **Caderno Estatístico de Rio Bonito do Iguaçu**. Curitiba, setembro de 2008. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br.



MAURO, G. **A dialética das lutas socialistas: o MST e as novas formas de construção do poder popular na América Latina.** Em Pauta, Rio de Janeiro: 2007. Vol. 19 (págs. 107-133).

MEDEIROS, L, S, de & LEITE, S (org.). **A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Poá/Rio de Janeiro: Editora UFRGS/CPDA, 1999.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. **Três anos fazendo história.** Rio Bonito do Iguazu/Pr, 1999. *mimeo.*

NETTO, J, P. **O Desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual.** XIX Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais. Salvador/Bahia, agosto de 2008. Disponível em: www.cfess.org.br

PNUD/IPEA/FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: www.pnud.org.br/atlas.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2001. 4ª reimpressão.

STÉDILE, J, P. **A Questão Agrária e o Socialismo.** In: STÉDILE, J, P. A questão agrária hoje. Porto alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002, 3ª ed.